

JUVENTUDES DO CAMPO E JUSTIÇA AMBIENTAL: UMA EXPERIÊNCIA FORMATIVA COM AS JUVENTUDES DO SERTÃO CENTRAL NO CEARÁ

Danielli da Silva Costa, Núcleo Tramas/UFC, daniellidsc@yahoo.com.br
Lais Alves Moreira Brasileiro, Núcleo Tramas/UFC, laisbioufc@gmail.com
Lívia Alves Dias Ribeiro, Núcleo Tramas/UFC, liviaadr@gmail.com

LINHA TEMÁTICA: DIVERSIDADE, INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS EM CONTEXTOS EDUCATIVOS.

RESUMO

O fortalecimento e visibilização das juventudes do campo se fazem necessário para a consolidação e conquistas de seus direitos. Diante de um contexto de implantação de um empreendimento minerario de urânio e fosfato no Sertão Central do Ceará, o debate sobre Justiça Ambiental e Juventudes do Campo se cruzam e fazem-se necessários para os territórios ameaçados. O Projeto Meio Ambiente, Saúde, Comunicação e Cultura – Transformações Territoriais e a Juventude no Sertão Central Cearense nasce para conhecer as juventudes dessa região e junto com elas construir conhecimento e saberes que possam contribuir na construção de um território com plenos direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude Rural, Justiça Ambiental e Educação Contextualizada

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como proposta a discussão acerca de um processo formativo envolvendo juventudes do campo em contexto de conflito ambiental. Essa experiência é fruto do Projeto¹ intitulado “Meio Ambiente, Saúde, Comunicação e Cultura – Transformações Territoriais e a Juventude no Sertão Central Cearense”, que nasce no bojo das atividades e processos de pesquisa do Núcleo TRAMAS - Trabalho, Meio Ambiente e Saúde. Com uma prática acadêmica comprometida com o tripé: *formação, construção compartilhada de conhecimento e co-laboração*, o Núcleo TRAMAS segue desde 2010 desenvolvendo pesquisas sobre os riscos e impactos em potencial do projeto de exploração mineral de urânio e fosfato no município de Santa Quitéria, Ceará. Tais pesquisas são construídas a partir das demandas apresentadas

¹ Projeto aprovado na Chamada MCTI/MDA-INCRA/CNPq n° 19/2014 - Fortalecimento da Juventude Rural.

por comunidades camponesas locais e movimentos sociais que atuam na região, dentre os quais destaca-se a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Diocesana de Sobral e o Movimentos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST).

A descoberta do urânio em Santa Quitéria ocorreu ainda na década de 1970, porém, somente a partir de 2004 é que se intensifica as tentativas de licenciamento ambiental e é estabelecido um consórcio, composto pela estatal Indústrias Nucleares do Brasil - INB e a empresa privada Galvani S/A, para a exploração mineral do colofanito uranífero. Diante da ameaça à saúde e à vida dos camponeses da região, o Núcleo TRAMAS inicia suas pesquisas sobre os riscos da mineração, construindo um processo de pesquisa em diálogo com os sujeitos do território.

Nesse contexto, dentre as demandas apresentadas à Universidade, a temática da juventude ganha destaque, principalmente pela necessidade apresentada de envolvimento no debate sobre os riscos da mineração de urânio e fosfato na região, visto que esse será o público mais implicado pelo empreendimento quanto às questões relacionadas ao trabalho e à permanência no campo. É a partir da inserção nos territórios de pesquisa e da tentativa de construção de uma práxis acadêmica socialmente referenciada que vêm sendo trilhados os caminhos para o curso de formação em comunicação, saúde, produção cultural e agroecológica para o fortalecimento das juventudes do campo.

O projeto contempla oito comunidades camponesas dos municípios de Canindé, Santa Quitéria e Itatira, e tem como objetivo fortalecer as juventudes do campo enquanto sujeitos políticos diante de um contexto de transformações que viola o direito à terra, à saúde, à água e ao ambiente equilibrado no território onde vivem. É importante situar ainda este projeto como uma tentativa de fortalecimento da educação do campo, contextualizada, e que pretende dar centralidade aos elementos que compõe o campesinato e o semiárido, reconhecendo o camponês enquanto sujeito histórico, político e construtor de saberes (SOUZA, 2008).

O curso é construído tendo como base a Pedagogia da Alternância, que, segundo Teixeira *et al* (2008), caracteriza-se por um processo formativo ampliado que funciona a partir de atividades escolares e momentos formativos em meio ao espaço vivenciado pelo educando. Ainda segundo os autores, a Pedagogia da Alternância permite e reconhece os vários espaços e vivências como processos formativos importantes e complementares para o educando (Teixeira *et al*, 2008).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Pautar processos formativos e pedagógicos, no âmbito da justiça ambiental, revela-se como uma urgência no atual contexto de avanço do grande capital e da vulnerabilização sobre territórios camponeses e de comunidades tradicionais.

Para tanto, a Ecologia Política oferece boas ferramentas teóricas para a leitura do real através da compreensão das transformações territoriais frutos do processo de acumulação por espoliação em curso, da violência e expropriação protagonizadas pelo grande capital, e ainda, das movimentações no campo das resistências, protagonizadas por sujeitos de territórios em disputa (PORTO, 2012). Percebe-se o discurso do desenvolvimento como uma imposição de grandes projetos e empreendimentos sobre territórios e que violam os modos de vida local, promovendo injustiças ambientais, onde destaca-se também a atuação do Estado frente as assimetrias de poder como um promotor da vulnerabilização (ACSELRAD, 2006).

Sobre as injustiças ambientais diante das assimetrias de poder, Porto *et al* (2013) destaca que

As situações de injustiça ambiental são compreendidas, nessa perspectiva, como consequência de disputas políticas e simbólicas envolvendo os distintos projetos e aplicação de recursos nos territórios, assim como o uso do poder para impor esses projetos. As injustiças se transformam em conflitos à medida que resistências e mobilizações vão se instaurando, e,

por isso, muitas situações de injustiça permanecem invisíveis para a sociedade diante do déficit democrático e das assimetrias de poder. (PORTO et al, 2013. p. 17)

O conflito ambiental envolve disputas política, simbólica e material de distintos projetos para determinado território. Nestes conflitos o que está em jogo é o uso da terra, da água e do ar, é o modo de viver baseados em racionalidades e relações que divergem daquelas que o empreendimento quer impor a partir de sua dinâmica (ACSELRAD, 2012). Diante do conflito instaurado, a assimetria de poder é concretizada no acesso aos aparelhos do Estado, ao aparato judicial, aos meios de comunicação, à informação e ao conhecimento.

Harvey (2009) assinala que esse processo é consequência de uma nova fase de acumulação capitalista, que denomina de acumulação por espoliação. Para o autor, antigas formas de acumulação de bens e capitais foram ressignificadas, somando aos tradicionais mecanismos de mercado e extração de mais-valia, práticas predatórias, fraude e extração violenta de bens naturais de grupos sociais que foram historicamente vulnerabilizados.

A acumulação por espoliação, a qual observamos que se acentua desde a década de 1970, faz sua base a partir da transformação em mercadoria ou privatização de bens comuns como a terra e a água, de populações camponesas, expulsando-as de forma violenta, suprimindo alternativas que surgem em contraponto à lógica capitalista, tudo isso com a contribuição direta e indireta do Estado (HARVEY, 2004).

Esse processo acontece diante de um quadro geopolítico de distribuição internacional do trabalho e dos riscos. Porto (2012) alerta que países da América Latina, Ásia e África estão em uma posição de fluxo de produção e consumo onde exportam produtos agrícolas e minerais mais do que importam, diferente dos países ricos. Isso nos leva a compreender que a carga de violência, degradação ambiental e adoecimento recaem mais para países que possuem esse papel diante do mercado internacional.

Nesse cenário está situado o projeto de mineração de urânio e fosfato proposto para Santa Quitéria, Ceará. O urânio será utilizado como combustível para a produção de energia nuclear no Brasil, e o fosfato servirá como matéria prima para a produção de fertilizantes fosfatado e ração animal. Esta é uma proposta que visa cumprir com metas estratégicas apontadas pelo Governo Federal para o desenvolvimento do país, como o aumento da produção de energia a partir da diversificação da matriz e ampliação da nuclear, e o incentivo ao agronegócio brasileiro.

O Projeto Santa Quitéria, como é chamado, está em fase de licenciamento ambiental e tem como marca de sua discussão pública os questionamentos quanto aos riscos envolvendo a radiação e a grande demanda por água para o seu funcionamento. A juventude também é tema de preocupação da população local e de disputa pelos empreendedores, que se utilizam do discurso do desenvolvimento para envolvê-las diante de uma possibilidade de abandono do modo de vida camponês, julgado pelas empresas como atrasado.

Diante desse contexto colocado ao território, apostou-se numa experiência formativa pautada pela leitura teórica da Ecologia Política, que busca reunir elementos para uma análise da conjuntura política, social e econômica para a construção dos objetivos pedagógicos. Esses, por sua vez, são dialogados de forma profunda com as singularidades das territorialidades construídas pelas juventudes do Sertão Central do Ceará, pautando grandes temas como saúde, ambiente, trabalho, cultura, agroecologia, comunicação e direitos humanos.

Para que possamos consolidar esse processo formativo, as territorialidades se impõem em toda a construção metodológica das atividades do curso, compreendendo as diferentes expressões em um contexto de conflito ambiental. Como Haesbaert e Limonad (2007, p. 47) nos colocam, “as territorialidades também são forjadas socialmente ao longo do tempo, em um processo de relativo enraizamento espacial.” Diferentes territorialidades que

são construídas ali opõem o chamado *território do povo* e o *território do empreendimento*, resguardando a relação de assimetria de poder posta e

Observamos assim uma transformação na medida dessas territorialidades. O território é decomposto, segundo diferentes dimensões, medidas, patamares, e os processos conflituosos opõem não apenas diferentes agentes, mas também diferentes dimensões, usos, possibilidades, significados. (ACSELRAD, et al, 2012. p. 181)

Construir uma compreensão, com as juventudes do Sertão Central, sobre o seu território, suas possibilidades e seus significados contribui para um processo de consolidação de uma identidade de juventudes do campo, alimentando a resistência e defesa do território camponês.

A categoria Juventudes vem sendo construída a partir da constituição societária, entre tensões e conflitualidades. Castro *et al* (2009) traz as diferentes formas como autores elaboram acerca dessa categoria, ora enfatizando a dimensão biológica em detrimento da social, outras vezes em contraponto com a categoria de idoso, ou criança, no âmbito do debate de geração, mas nos alerta para a importância de darmos centralidade ao processo de construção de identidade em meio a um contexto social concreto. Além dessas diferentes abordagens, há que se considerar, segundo Weisheimer, (2013) toda a pluralidade inerente a ela: o termo juventudes, encontra-se no plural para demarcar a forma plural que as relações sociais a determinam. São juventudes que problematizam, refletem e constroem a sua identidade tendo como mediação o seu espaço social, que no caso do projeto, é o campo.

Segundo Pereira e Penido (2010):

A relação dos sujeitos com seu território desvela sentimentos, valores e preferências transmitidos através de gerações que construíram sua própria cultura, seu modo de vida, e atribuíram, para além do valor material, um valor simbólico à terra, à mata, ao rio, elementos formadores de identidades e alteridades. O território transcende a dimensão objetiva da reprodução de necessidades básicas e das relações de poder, ao incluir uma outra dimensão — subjetiva e simbólica, identitária, afetiva e cultural — fundada pela prática social (PEREIRA, PENIDO, 2010)

O camponês constrói sua identidade a partir da relação que estabelece com a terra e o território, sendo essa identidade criada e recriada ao longo dos tempos, não podendo ser encarada como algo estático e imutável, mas que permite e convive com as mudanças provocadas pela própria construção social e histórica do campo. A partir dessa relação são construídos saberes que são inerentes a esse modo de vida, onde muitas vezes é encarado como atrasado ou arcaico. Essa preocupação é trazida por Souza (2008) e Wiesheimer (2013) que nos alerta sobre a necessidade de problematizar a imagem de lugar atrasado e arcaico, como muitas vezes nos é colocado. A invisibilidade dos povos do campo, e, ainda mais, das juventudes do campo, é extremamente eficaz para a entrada de grandes empreendimentos causadores de injustiças ambientais.

Dialogar a Justiça Ambiental com Educação requer passar pelo que compreendemos dessas categorias abordadas anteriormente, bem como avançarmos, no sentido de consolidar essa base teórica com o escopo da Educação Contextualizada, e, rapidamente, com a Educação Ambiental.

Loureiro e Layrargues (2013) sistematizam algumas reivindicações importantes para o movimento de Justiça Ambiental no Brasil:

- equidade na distribuição das consequências ambientais negativas, de forma que nenhum grupo social, étnico ou de classe suporte uma parcela desproporcional dessas consequências;
- justo acesso aos bens ambientais do país;
- amplo acesso às informações relevantes sobre as atividades poluentes, tais como o uso dos recursos naturais, o descarte de seus rejeitos e a localização das fontes de risco;
- fortalecimento e favorecimento da constituição de sujeitos coletivos de direitos, isto é, de movimentos sociais e organizações populares capazes de interferir nos processos de decisões da política e da economia. (LOUREIRO, LAYRARGUES, 2013. p. 64)

Nesse sentido, destaca-se os dois últimos pontos que tratam do acesso às informações relevantes e o fortalecimento de sujeitos coletivos de direito, como fundamentais para a construção do curso. Os autores, ao trazerem uma

perspectiva de Educação ambiental crítica e emancipadora, evidenciam um importante diálogo entre educação e a justiça ambiental, na perspectiva de garantia de direitos e participação. Loureiro e Layrargues (2013) aportam a necessidade de processos formativos que formem sujeitos coletivos de direito capazes de intervir politicamente, o que dialoga profundamente com a perspectiva da Ecologia Política e Justiça Ambiental na visão política e crítica iniciada na Educação Popular, com a proposta de Paulo Freire. São perspectivas de educação que tem como horizonte a emancipação humana.

A leitura da educação contextualizada em diálogo com a Justiça Ambiental nos vem mostrando os desafios de pensar processos ou experiências formativas que dialogam com um território em disputa de territorialidades. É colocando em prática uma educação contextualizada que leva consigo as leituras da Ecologia Política, que podemos aportar elementos sobre a situação de conflito ambiental vivenciada e reconhecida como um aspecto importante a ser aprofundado com os educandos para uma compreensão crítica da realidade em que vivem no território. Levamos então o desafio de desenvolver uma educação contextualizada baseada no território, e não em uma leitura do território. Isso se torna possível a partir de uma participação dialógica dos sujeitos locais, reconhecendo-os como pensadores e valorizando seus saberes, de forma que os processos pedagógicos sejam construídos de forma horizontal e sobre o mesmo chão de realidade.

Utilizamos a compreensão de “contexto” que é compartilhada por Menezes & Araújo (2007) quando demarcam que

O currículo contextualizado passa necessariamente pelo rompimento com os discursos e narrativas vindos “de fora”, que desautoriza e nega as construções e saberes locais. Com esta afirmativa, não queremos fechar ou reduzir aquilo que entendemos como “contexto”, mas afirmar que são os saberes e experiências locais que validam, re-significam e reconstróem os saberes e conceitos globais e não o contrário. É imprescindível, para a construção e implementação de um currículo contextualizado, o reconhecimento e valorização oficial e intencional dos diferentes e múltiplos saberes, discursos e enunciados gestados no contexto do Semi-Árido (ou em qualquer um outro). (MENEZES, A. C. S.; ARAÚJO, L. M., 2007, p. 43)

É a partir dessa construção, junto aos sujeitos do território, sobre a realidade local que podemos desenvolver um posicionamento e postura política que seja traduzido na forma de currículo contextualizado, trazendo os temas globais como saúde, educação, comunicação e direitos humanos para serem re-significados ou re-apropriados das mais diversas formas de acordo com o seu diálogo com os saberes e territorialidades locais. Surge então uma força transformadora no processo formativo quando nos colocamos a observar, reconhecer e valorizar o território. É proposto então, um processo formativo que fortaleça à autonomia e as identidades das juventudes do sertão central diante um cenário de transformação territorial onde essas juventudes do campo empoderadas residam e resistam, protagonizando seus projetos com ideais e sonhos de desenvolvimento local fortalecidos e enraizados.

Esse empoderamento e resistência, construídas em diálogo a partir de uma práxis libertadora são leituras feitas por sujeitos do território que, mesmo vivenciando “situações limites”, compreendem que a mudança é possível e que uma sociedade justa é possível. Ana Maria Freire, ao elucidar a categoria do “inédito viável”, esboçada por Paulo Freire em Pedagogia do Oprimido, traz importantes reflexões para nossas práticas formativas, pois nos ajuda a compreender toda a construção epistemológica e metodológica do curso e a forma como os educandos protagonizam e reinventam essas práticas pedagógicas (FREIRE, 2014).

Segundo Freire (2014), o “inédito viável” faz parte do campo dos sonhos e das utopias, quando sujeitos, que refletem sua prática, ultrapassam as “situações limites” e começam a construir e disparar processos que alimentam os sonhos de uma sociedade justa. O Projeto de Juventudes do Campo se propõe a construir com as juventudes uma leitura crítica da “situação limite”, no caso, o conflito ambiental, para a construção do “inédito viável” do sujeito coletivo daquele território.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É diante dessa perspectiva teórico-metodológica que o curso vem sendo desenhado. No seu primeiro Tempo Escola, que teve como título: “Conhecendo o Território”, a construção da identidade dos jovens a partir do meio no qual vive teve centralidade. As atividades do primeiro Tempo Escola, e, posteriormente, do Tempo Comunidade, contribuíram para o exercício de problematização e reflexão-ação sobre a construção da identidade das juventudes do campo e o seu território.

Uma Oficina de Fotografia que foi parte da programação do Tempo Escola caracterizou bem a proposta desse momento formativo. Nessa oficina os educandos tiveram um momento para refletir sobre a importância da comunicação e sobre as narrativas transmitidas em seus instrumentos e, a partir dessas reflexões, o debate adentrou nas das identidades das juventudes do campo e como estas eram representadas nos grandes veículos de comunicação. Os educandos foram orientados a expressar suas leituras de juventudes do campo através da fotografia. O resultado obtido foi uma diversidade de representações das distintas juventudes ali presentes, em contraposto a representação uniformizada reproduzida pelo olhar urbano.

Durante o as atividades do Tempo Escola buscamos utilizar diversos tipos de linguagem, desde o vídeo, a música, o cordel, a fotografia, para que, com isso, pudéssemos construir um processo de (re)conhecimento das juventudes e do território camponês.

Ultrapassando esse processo de (re)conhecimento, essa identidade se expressaria de forma concreta nas demais atividades. Mantendo o escopo do projeto – que já possui uma construção dialógica com comunidades e movimentos sociais – propomos um momento de construção do próximo Tempo Escola com eles. Foi um espaço protagonizado pelos jovens, onde avaliaram e compartilharam ideias para a construção do curso. A partir deste momento, em diálogo com as metas do projeto, trouxemos para o segundo Tempo Escola algumas atividades planejadas pelos educandos, como por exemplo, uma palestra sobre os impactos da mineração de urânio na saúde, a

oficina de defensivos naturais e a oficina de teatro.

A Noite Cultural construída e protagonizada pelos jovens foi mais um exercício da autonomia das juventudes e do trabalho coletivo. Foi um momento muito citado no processo avaliativo como um espaço de consolidação do grupo enquanto sujeito coletivo. Ela foi organizada pelos educandos que produziram desde a estrutura à programação. O reconhecimento do trabalho realizado fortaleceu os jovens, a identidade coletiva e até a auto-organização.

O tempo comunidade, em seguida, contou com atividades práticas e leituras de textos que auxiliassem nesse processo de reflexão sobre produção científica e identidade dos jovens naquele território, a partir da (re)descoberta do mesmo e os colocando na posição de pesquisadores. Com isso, tivemos a construção, por comunidade, de mapas que descreviam as juventudes em suas comunidades, com representações dos espaços ocupados e os movimentos de entrada e saída dos jovens. O exercício da cartografia social com os educandos foi construído no sentido de representar uma concepção própria deles daquele território, contribuindo para a visibilização das juventudes e do próprio território camponês.

Além do mapa, os educandos se envolveram em todo o processo de concepção de um Diagnóstico Social, Econômico e Cultural das Juventudes do Sertão Central a partir da construção coletiva de um questionário como um instrumento de pesquisa com perguntas que eles identificaram como necessárias para a compreensão da identidade dos jovens e de sua relação com sua comunidade. Para além da aplicação do questionário em si, este momento envolveu a discussão sobre a dimensão investigativa e seu potencial transformador. Este processo, ainda em análise, nos mostra a potencialidade dessa prática formativa para o fortalecimento da vida no campo a partir do processo de identificação do perfil dos jovens e interpretação e análise dos dados encontrados.

Todo o processo de construção e vivência desse projeto, a partir da centralidade no território e com o objetivo de fortalecimento das juventudes do

Sertão Central, tem mostrado a necessidade das pontes entre a categoria de Justiça Ambiental, a formulação teórica da Ecologia Política, a Educação e os processos formativos em curso. Esse debate ainda se mostra em construção e por isso a necessidade de amadurecimento desses elementos com os sujeitos da academia e dos territórios.

Esse projeto, construído de forma coletiva, constitui-se um caminho de aprofundamento da problematização e a reconstrução de representações sociais desse lugar pelos seus sujeitos, o que já provocou transformações na forma que os educandos vivenciam a vida em comunidade, mudando também a forma como os moradores lidam e enxergam os jovens de suas comunidades. Além disso, este processo formativo é responsável por devolver essas reflexões para os sujeitos que compõem a academia, no sentido de se aproximar cada vez mais da concretude das relações estabelecidas naquele lugar.

Com base na Educação Popular, no intento da Educação Contextualizada e no aporte da Justiça Ambiental, somos impulsionados a acreditar no “inédito viável” construídos pelas juventudes organizadas do campo. Precisamos nos apropriar dessa práxis transformadora gestada nos territórios e com isso participar do processo de transformação societária, reconhecendo o papel dos sujeitos envolvidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reforçamos que pautar processos formativos e pedagógicos, no âmbito da Justiça Ambiental, revela-se urgente no atual contexto de avanço do grande capital no campo. Diante da ineficiência e violência do Estado, que nega políticas públicas para o campo e, ainda mais, para a juventude camponesa, ao mesmo tempo que incentiva a construção de grandes empreendimentos, a Universidade pública, cumprindo seu papel, deve construir processos que alimentam a resistência e tenham como horizonte a emancipação humana. O cenário de desigualdade no território não pode ser ignorado em nenhuma ação da Universidade. Nesse sentido, o projeto cria um terreno fértil, a partir do

debate com as juventudes, sobre garantia de direitos humanos no campo em meio ao contexto de injustiças ambientais. E, mesmo com a diversidade de temas, ousa aprofundar as questões a partir de suas raízes, nos assuntos que cercam a constituição da identidade camponesa e do protagonismo da juventude. Esse processo formativo segue muito além das pautas já constituídas, de 'migração' e 'sucessão rural' e se desafia a ampliar os horizontes de leitura sobre a categoria social de juventudes. É a partir de um processo formativo democrático e aberto a narrativas diversas que consegue ressignificar o debate ambiental e a identidade das juventudes presentes no campo.

A construção desse processo foi feita através da crítica ao Estado capitalista, à forma de construção das políticas públicas e ao modelo de desenvolvimento em curso. Essas reflexões possibilitaram a diversificação, ampliação e concretização dos projetos dos jovens para o seu lugar, situando-os enquanto sujeitos políticos reconhecidos em suas localidades, fortalecidos em sua autonomia, auto-organização e capacidade transformadora, ressignificando assim, a forma de viver e estar no campo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações.** Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, v. 25, 2006.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campelo do A; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CASTRO, Elisa Guaraná de, et al. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

MENEZES, A. C. S.; ARAÚJO, L. M. Currículo, contextualização e complexidade: espaço de interlocução de diferentes saberes. Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB). **Currículo, contextualização e complexidade: elementos para se pensar a escola no semiárido.** Juazeiro: RESAB, 2007, p. 33-47.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **Revista do Departamento de Geografia**, UERJ, RJ, n. 5, p. 7-19, 1999.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Ipiranga, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica**: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trab. educ. saúde**, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.

PEREIRA, Doralice Barros; PENIDO, Marina de Oliveira. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 156-178, 2010.

PORTO, Marcelo Firpo de Souza. **Uma Ecologia Política dos Riscos**: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental. Rio de Janeiro, 2012.

PORTO, M. F.; FINAMORE, R.; FERREIRA, H. **Injustiças da sustentabilidade**: Conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. **Crítica de Ciências Sociais**, p.100, 2013. Disponível em: <http://rccs.revues.org/5217>. Acesso em: 28Outubro 2013.

PEREIRA, Doralice Barros; PENIDO, Marina de Oliveira. Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades e impossibilidades do (des)envolvimento social. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. **Belo Horizonte**: Editora UFMG, p. 156-178, 2010.

SOUZA, Maria Antônia. Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, v. 29, n. 105, p. 1089-1111, 2008.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; DE LOURDES BERNARTT, Maria; TRINDADE, Glademir Alves. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil**: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educação e Pesquisa**, v. 34, n. 2, p. 227-242, 2008.

WEISHEIMER, Nilson. **Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais**. **Desidades**, v. 1, p. 22-27, 2013.